

O futuro da educação superior pública e gratuita no México:

A greve estudantil da UNAM e suas repercussões.

Regina Aída Crespo.

Como citar: CRESPO, Regina Aída. O futuro da educação superior pública e gratuita no México: A greve estudantil da UNAM e suas repercussões. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 211-222. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p211-222>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E GRATUITA NO MÉXICO: A GREVE ESTUDANTIL NA UNAM E SUAS REPERCUSSÕES

Regina Aída CRESPO¹

No dia 6 de fevereiro de 2000, entre as seis e as onze horas de um domingo um pouco frio e muito seco de fim de inverno, a Polícia Federal Preventiva ocupou a Cidade Universitária, campus central da Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, a maior universidade latino-americana.² Numa operação que muitos jornalistas e intelectuais definiram como “cirúrgica”, foram presos cerca de 700 estudantes que realizavam uma assembléia do auto-intitulado *Conselho Geral de Greve (Consejo General de Huelga)*, o CGH, ou que simplesmente descansavam nas salas de aula transformadas em dormitórios. Vários foram acusados de crimes como terrorismo, motim e periculosidade social. As duas principais redes de TV do país, TELEVISA e TV Azteca, acompanhavam o desalojamento dos grevistas passo a passo e divulgavam, em primeira mão, imagens da Cidade Universitária: paredes pixadas, sujeira, restos de comida, roupas espalhadas e, inclusive, alguns vasos com mudas de maconha descobertos entre os pertences dos grevistas. As emissoras de televisão também documentavam os rostos de preocupação, medo e revolta dos estudantes que, em fila indiana, subiam nos ônibus rumo a duas penitenciárias da capital mexicana. Algumas meninas choravam, mas a maioria dos jovens entrava nos ônibus fazendo o

¹ Universidad Nacional Autónoma de México.

² Além das faculdades, centros e institutos de pesquisa, bibliotecas, museus, centros culturais e reitoria, localizados na Cidade Universitária, a UNAM congrega três escolas profissionais, cujos *campi* funcionam em outras regiões do Distrito Federal e do vizinho estado do México, e as escolas nacionais de música, artes plásticas, serviço social e enfermagem. Também fazem parte da UNAM várias escolas de nível médio superior (equivalentes ao nosso segundo grau). A população discente se calcula entre 230 e 260 mil alunos. O pessoal acadêmico (professores, pesquisadores, técnicos acadêmicos) é de aproximadamente 100 mil pessoas, sem contar o pessoal administrativo, de base e de confiança (trabalhadores não sindicalizados, com contrato temporário).

V da vitória, encarando as câmeras com firmeza e repetindo palavras de ordem contra sua prisão, contra a *traição e as arbitrariedades* do reitor e contra a *política neoliberal* do presidente da República.

Depois da ocupação do *campus* e da prisão dos estudantes, a UNAM foi voltando lentamente à normalidade. Todas as sedes alternativas alugadas durante o conflito foram devolvidas e as atividades de pesquisa e docência voltaram a se concentrar nas instalações universitárias. Com o intento de recuperar o tempo perdido, o calendário escolar foi readaptado, as salas e corredores pintados e os alunos chamados a regressar às salas de aula. Iniciou-se uma enorme campanha publicitária nos meios de comunicação para reabilitar a universidade. Tal campanha desenvolveu-se paralelamente aos protestos dos pais dos estudantes presos, apoiados por alunos vinculados ao “CGH” e por membros de movimentos sociais e políticos inconformados com o rumo dado ao conflito pelas autoridades universitárias. As emissoras de televisão passaram a divulgar simultaneamente a propaganda institucional, as passeatas, as concentrações em frente aos presídios e os acampamentos que foram montados em frente à reitoria da universidade.

De 6 de fevereiro a 2 de julho, quando se realizaram as eleições para a presidência da república, a instabilidade e a incerteza continuaram presentes no cotidiano da universidade. Significativamente, depois das eleições, quando caiu por terra a hegemonia de 71 anos do Partido Revolucionario Institucional (PRI) sobre o país, as tentativas de reocupação das instalações de algumas das faculdades e os acampamentos de protesto na esplanada da reitoria praticamente desapareceram. Antes das eleições, foram libertados todos os estudantes presos. Tal fato, embora conseguisse que o móvel dos protestos desaparecesse, não foi capaz de extinguir completamente o clima de desconfiança que ainda se mantém entre a comunidade universitária.

Atualmente, a menos de três meses da posse do novo presidente da República,³ sente-se uma nova e inusitada atmosfera

³ A posse de Vicente Fox como Presidente da República será no dia 1º de dezembro de 2000.

política no país, numa estranha mistura de euforia, esperança, incerteza e ceticismo. Pode-se dizer que essa atmosfera também envolveu a UNAM: o tema atual dos debates é a realização de um congresso (uma das exigências dos grevistas) para avaliar e transformar a universidade.

Como analisar uma greve que interferiu profundamente nas atividades de ensino, pesquisa e difusão da maior universidade do país e repercutiu em praticamente toda a sociedade mexicana? Como entender que as instalações da UNAM tenham sido mantidas sob o controle de um grupo absolutamente minoritário ao longo de quase dez meses? Como explicar que as autoridades universitárias e governamentais tenham permitido que o movimento chegasse a esse ponto e tenham assumido uma política que se poderia definir como errática ao longo de todo o movimento e, inclusive, nos meses posteriores à entrada da força pública nas instalações universitárias?

Sete meses depois da ocupação do *campus* pela força pública e com a rotina universitária caminhando rumo a uma relativa normalidade, todas essas perguntas continuam gerando polêmica entre a comunidade acadêmica e o público em geral. Não existe nenhuma avaliação ou interpretação consensual acerca deste longo e dramático processo vivido na UNAM, cujo único mérito talvez tenha sido o de colocar em discussão o papel da universidade na sociedade atual e o próprio futuro da instituição e da educação pública, gratuita e de qualidade em países em desenvolvimento, como o México. Para poder refletir minimamente sobre o tema, é necessário compor um pequeno panorama retrospectivo acerca das principais etapas do movimento estudantil.

Dez longos e estranhos meses

O estopim da greve na UNAM foi a aprovação de um aumento nas taxas de matrícula e trâmites acadêmicos. Além de exigir a revogação do aumento, de acordo com sua demanda de educação pública e gratuita, os grevistas reivindicavam a anulação da reforma dos critérios de admissão e permanência na UNAM,

realizada em 1997, e o fim do convênio estabelecido entre a universidade e uma instituição que realiza exames de admissão, o CENEVAL. A ocupação da universidade iniciou-se no dia 20 de abril de 1999. Com o passar do tempo e como resultado de algumas situações de confronto entre os grevistas e as autoridades universitárias, a pauta de reivindicações foi sendo ampliada e se completou com a exigência da retirada do aparato repressivo das instalações universitárias, da retirada dos processos penais aplicados a alguns grevistas e, finalmente, da realização de um congresso universitário democrático e resolutivo para transformar a UNAM.

Apesar de haver angariado relativa simpatia por suas demandas, a representatividade do movimento entre o conjunto dos estudantes sempre foi questionada. Na verdade, quando a greve foi deflagrada, muitos universitários apoiavam não só o reajuste das taxas (equivalentes a vinte centavos de peso, e que dois reitores antes de Francisco Barnés de Castro haviam tentado incrementar sem êxito), como também as reformas de 1997. Até então não havia limite de permanência na universidade e os estudantes das escolas de ensino médio superior da própria UNAM (equivalentes ao nosso segundo grau) tinham seu direito de cursar a graduação praticamente garantido, pelo critério conhecido como *passe automático*.

Com o tempo, a conduta dos grevistas endureceu, levando-os a um crescente isolamento. Quanto a Barnés de Castro, para a maioria da comunidade acadêmica, foi um negociador inábil. Chegou a propor uma diminuição nas taxas de matrícula inicialmente sugeridas e prometeu que os alunos que declarassem não ter condições de pagá-las não seriam obrigados a fazê-lo. No entanto, como praticamente ignorou as demais exigências dos grevistas, acabou por gerar um impasse que se manteve durante todos os primeiros sete meses do conflito.

Em finais de julho, um grupo de professores eméritos da UNAM, de diversas áreas do conhecimento, apresentou uma proposta de diálogo entre as autoridades e os grevistas, tratando de buscar infrutiferamente o ponto médio entre as suas posições. Em novembro, Barnés de Castro renunciou e foi substituído por Juan

Ramón de la Fuente, que deixou o ministério da saúde para assumir a reitoria com a proposta de resolver o conflito através do diálogo. Para muitos, este parecia ser o início de uma saída pacífica. Dezembro foi gasto em reuniões e os primeiros encontros entre os representantes da reitoria e do CGH esbarraram desde o princípio nas exigências dos grevistas.

Uma das características iniciais do movimento estudantil, que o estrelismo de alguns líderes acabou por destruir, foi a adoção de uma estratégia de revezamento entre seus membros em funções-chave como o comitê de imprensa e a representação nas mesas de diálogo. Para alguns analistas, esta prática, inspirada no movimento zapatista, diluiria a autoridade do movimento entre todos os seus componentes, fazendo-os atuar como grupo coeso e homogêneo. As autoridades não dialogariam com alguns estudantes, mas sim com o CGH. Como o CGH congregava representantes das 120 escolas da UNAM, os grevistas exigiam a presença rotativa de 120 delegados, 107 como assistentes e 13 como participantes diretos na mesa de diálogo. Apesar de seu teor, a exigência foi aceita pela reitoria, para que o diálogo pudesse começar.⁴

A estratégia de De la Fuente foi buscar dialogar com toda a comunidade acadêmica, e não só com os grevistas, para conhecer suas opiniões acerca da situação vivida na universidade e seu futuro. Simultaneamente, seus representantes firmaram os primeiros acordos com o CGH, aceitando suas exigências, inclusive a de reconhecê-lo como o seu único interlocutor. No entanto, as relações começaram a se complicar. Os membros do CGH decidiram rejeitar a proposta para a resolução do conflito, apresentada pelo reitor e aprovada pelo Conselho Universitário, principal órgão deliberativo da UNAM. O reitor, por sua vez, decidiu decretar que o diálogo entrava em recesso e seus representantes deixaram de comparecer às discussões. Janeiro havia começado com grandes expectativas e provavelmente a maior delas estava exatamente na proposta do reitor,

⁴ A aplicação dessa política de rodízio acabou por irritar a comissão para o diálogo, designada pela reitoria. Afinal de contas, seus membros se expuseram durante todo o processo, sem nunca estabelecer nenhum tipo de familiaridade ou identificação com quem estava do outro lado da mesa.

baseada na volta às aulas concomitantemente à convocação do congresso universitário, que os próprios grevistas mantinham como ponto central para transformar a universidade.

Logo depois do lançamento da proposta, pela primeira vez na história da UNAM, o reitor convocou toda a comunidade acadêmica a participar de um plebiscito. Com o apoio de um forte esquema de propaganda nos meios de comunicação, De la Fuente e as autoridades universitárias conseguiram contar com o comparecimento de 180 mil universitários, os quais, em sua maioria, votaram pela volta às aulas. O “CGH” recusou-se a reconhecer o plebiscito e o definiu como uma fraude para legitimar uma possível solução violenta. Resolveu fazer uma consulta paralela junto à população, a fim de referendar as suas próprias demandas. A partir desse momento, as posições se tornaram praticamente irreconciliáveis. No dia 25 de janeiro, De la Fuente decidiu ir à Cidade Universitária para entregar ao CGH os resultados do plebiscito a favor do regresso à vida acadêmica. Os grevistas, apoiados por membros de várias organizações sociais, não o deixaram entrar.⁵ Os conflitos entre grevistas e não grevistas aumentaram de forma assustadora e os primeiros feridos apareceram.

No dia 3 de fevereiro, em uma das escolas de nível médio superior, a Polícia Federal Preventiva foi chamada a atuar. Cerca de 260 jovens foram presos, dentre eles vários menores de idade. O tom das relações entre os antagonistas mudou. O reitor passou a exigir a devolução das instalações universitárias e a cobrar o apoio da força pública do governo da Cidade do México, que, em mãos do opositor Partido de la Revolución Democrática (PRD), recusou-se a enviá-lo, alegando o caráter federal da UNAM e a inviolabilidade da autonomia universitária. As especulações entre a comunidade acadêmica com relação ao andamento do conflito

⁵ Várias organizações sociais e sindicais apoiaram o movimento grevista. Em sua maioria, vinculavam-se ao PRI (Partido Revolucionario Institucional), mas também ao PRD (Partido de la Revolución Democrática). Algumas, de caráter politicamente radical, outras, de cunho evidentemente clientelista, nenhuma se relacionava diretamente com as demandas estudantis e os temas educativos

creceram e a inquietação também. Enquanto isso, *el Mosh, el Gato, el Diablo, la Medusa, la Jagger*, alguns dos líderes do movimento, continuaram afirmando que este não claudicaria e que iriam até o fim com sua luta pela educação pública e gratuita e por uma nova universidade.

O desenrolar dos acontecimentos deixou patente a incapacidade de negociar dos grevistas, incapacidade que acabou por comprometer o próprio futuro do movimento. Ao manter sua intransigência, os jovens universitários acabaram por enterrar seu ideal de transformação da universidade. Ao tratar de se impor aos demais, excluíram todos os seus possíveis aliados; ao manter suas posições com intransigência e sem nenhuma concessão, fecharam-se em um desespero inútil e sem saída. Na verdade, pareciam compartilhar uma espécie de tendência à derrota. Talvez só a prisão os pudesse redimir como os últimos heróis do milênio, na esteira dos mártires do movimento estudantil de 1968.

As imagens veiculadas pelas emissoras de televisão comprovaram essa tendência. Porém, mais que isso, ao longo dos dez meses de ocupação da Cidade Universitária, contribuíram para desacreditar, diante da opinião pública, o papel e a função social cumpridos pela universidade e pela educação pública e gratuita. Se no dia 6 de fevereiro as câmaras difundiram ao vivo a retomada das instalações, como uma ação sancionadora, em momentos anteriores documentaram e criticaram acidamente as peculiaridades de uma greve que misturou de maneira inusitada festa e violência, barricadas e sessões de cinema, heroísmo juvenil, namoros, roubos e depredação. A UNAM foi manchete em todos os jornais, matérias de fundo de todas as revistas de análise política, tema de discussão em programas de debate e de reportagem nos noticiários de todos os canais de TV e estações de rádio.

Ações espetaculares como a liberação das catracas de várias estações de metrô e a paralisação da via de circulação mais importante da Cidade do México, além das inúmeras passeatas que complicaram ainda mais o trânsito, normalmente caótico, irritaram a população. As notícias acerca das assembléias do CGH, que

atravessavam as madrugadas e que, de acordo com a mídia, eram marcadas muitas vezes pela intolerância e por enfrentamentos físicos entre suas várias facções, fizeram com que o público questionasse a própria legitimidade do movimento.⁶ Depois de dez largos e estranhos meses, as diferenças entre as várias tendências estudantis – *moderados* (mais abertos ao diálogo com as autoridades universitárias), *ultras* (pouco dispostos ao diálogo) e *mega ultras* (completamente refratários a acordos que não significassem o cumprimento de todas as reivindicações do movimento grevista) – acabaram por se desvanecer com a entrada da Polícia Federal Preventiva na Cidade Universitária, na manhã do dia 6 de fevereiro.

Repercussões do movimento: qual o futuro da UNAM?

Para refletir sobre o futuro da UNAM depois da greve estudantil, em primeiro lugar, é interessante nos perguntarmos quais as repercussões do movimento entre os próprios alunos. Depois de fevereiro, alguns grupos minoritários tentaram e ainda tentam, debilmente, recuperar a liderança perdida. No entanto, com a libertação de todos os grevistas antes das eleições presidenciais de 2 de julho e com a definição de um novo panorama político para o país, tais grupos não parecem poder ir muito longe. Em termos da comunidade estudantil global, o que se pôde constatar como resultado concreto dos dez meses de ocupação da universidade foi uma enorme evasão de alunos rumo às escolas particulares. E, nesse

⁶ As críticas se amparavam em argumentos como “nossos impostos bancam a desordem” ou “não é justo que o povo financie estudantes que não querem estudar”. Com relação ao fato de que durante toda a paralisação os salários não deixassem de ser pagos, as opiniões divergiam, mas muitos criticavam a situação, argumentando que funcionários, pesquisadores e professores deveriam estar felizes, por ganhar sem trabalhar. Na realidade, isso nunca aconteceu. Em algumas unidades, as aulas passaram a ser dadas em sedes alternativas. Em outras, não houve aulas, mas as atividades de pesquisa continuaram. Ironicamente, os centros e institutos de humanidades e ciências sociais, que haviam sido os mais receptivos e tolerantes com relação ao movimento, foram tomados arbitrariamente e violentamente pelos grevistas. Já os de ciências exatas e biológicas nunca foram fechados e funcionaram normalmente durante todo o conflito, fato que também serviu para aumentar as fricções no seio da comunidade acadêmica.

contexto, a volta às aulas se deu de maneira lenta e desmotivada, acompanhada do ceticismo de muitos que não puderam, principalmente por razões econômicas, emigrar para as universidades particulares e que passaram a se sentir desorientados, perdidos ou de certa maneira prejudicados pela universidade pública que, aparentemente, pouco pode oferecer-lhes.

Nesse sentido, vale a pena refletir sobre o papel e a função que a UNAM vem desempenhando no panorama educativo e cultural do México. É interessante observar que a mídia, em geral, e o público acadêmico, em particular, costumam mencionar a UNAM como Nuestra Máxima Casa de Estudios, o que denota a importância dessa instituição em termos culturais. Suas enormes dimensões se explicam em grande parte como uma vitória do movimento estudantil de 1968, que defendia uma educação democrática e abrangente. A partir dos anos 70, a matrícula universitária se expandiu e a UNAM chegou a ter quase 350 mil alunos. A educação pública e gratuita se estabeleceu como uma realidade ao alcance de muitos mexicanos e representou, durante vários anos, um instrumento inquestionável de mobilidade social.

Hoje, porém, no México, como em outros países latino-americanos, a situação é bastante distinta. Dadas as sucessivas crises econômicas, os títulos universitários já não possuem o mesmo *status*. Já não garantem a tão cobiçada ascensão social e, muitas vezes, sequer a obtenção de um emprego. Além disso, é inevitável notar que existe no México uma relação cada vez maior entre as boas oportunidades de trabalho e os títulos oferecidos pelas universidades de elite. A incerteza com relação ao futuro faz com que os jovens questionem, inclusive, a utilidade de um título obtido em uma universidade como a UNAM, socialmente desvalorizada.

É importante observar que, por sua heterogeneidade política, cultural e sócio-econômica, a UNAM funciona como uma espécie de microcosmo, ou caldo de cultura, da sociedade mexicana, espelhando todas as suas contradições e conflitos. Nela, convivem diariamente classes sociais opostas, oriundas de universos sociais que, em outras circunstâncias, sequer se cruzariam. Nela, a crítica

se exerce de maneira cotidiana e a sociedade mexicana se transforma em tema permanente de reflexão. Pode-se dizer que na UNAM se vivem as contradições sociais cotidianamente e, nesse sentido, toda a carga de insatisfações que a sociedade mexicana vem sofrendo se reflete aí com maior intensidade. Ora, grande parte do declínio da imagem da UNAM decorre exatamente dessa situação. De acordo com os preceitos neoliberais adotados por todos os governos da América Latina, critérios como eficiência e especialização passaram a ser os parâmetros básicos para orientar e respaldar a educação superior. Nesse novo contexto, a UNAM, dadas as suas próprias características, não estaria formando os profissionais competentes e especializados de que o mercado necessita.

Significativamente, apesar de ser responsável por quase 90% da pesquisa feita no México, a UNAM não é a instituição educativa preferida quando se trata de empregos em áreas como a industrial e a financeira. O acesso de amplos setores da população à universidade pública tem de certa maneira *desqualificado* ou *depreciado* os profissionais ali formados, que entram no mercado de trabalho em evidente desvantagem. Enquanto áreas como a docência e a pesquisa ainda se nutrem essencialmente com os profissionais formados pela UNAM, as grandes empresas e os bancos preferem procurar seus funcionários nas universidades privadas, onde podem encontrar jovens de alto nível econômico, profissionalmente preparados e sem nenhum tipo de ressentimento social.⁷

Se, com relação ao seu papel no panorama cultural e educativo do país, a importância da UNAM tem sido comprometida, no âmbito político isso ainda não é tão evidente. No México, a ligação entre os intelectuais e o aparato estatal conforma uma espécie de tradição que a ditadura de Porfírio Díaz, ao garantir espaço à influência ideológica dos intelectuais, de certa maneira inaugurou, e

⁷ A situação do México é oposta à do Brasil, onde o afinilamento social impede que a maior parte dos setores subalternos da população tenha acesso à educação superior pública e gratuita. Como sabemos, os títulos das universidades públicas acabam sendo os mais valorizados no mercado, até mesmo porque indicam que seus detentores possuem um nível sócio-econômico superior.

que a Revolução de 1910, ao incorporar intelectuais em suas filas, consolidou. Costuma-se dizer que, durante anos, uma das missões básicas da UNAM foi formar quadros competentes para responder às necessidades do aparato estatal por intermédio do partido hegemônico, o PRI. Com o enfraquecimento da hegemonia priísta, a demanda por intelectuais se diversificou e, com a fundação do PRD, em 1989, inicialmente como uma dissidência do PRI, congregando várias das demandas tradicionalmente relacionadas à esquerda, o espaço da política universitária se expandiu. Na busca de militantes, o PRD passou a fazer frente ao PRI e também aos pequenos grupos de esquerda, que tradicionalmente atuam nos meios universitários. Ora, uma das grandes discussões despertadas pelo conflito na UNAM se relaciona exatamente com a legitimidade ou não da presença ideológica dos partidos políticos nos espaços universitários.

No entanto, a questão mais relevante atualmente diz respeito ao próprio papel a ser desempenhado pela UNAM no novo contexto político que se abre no país. A vitória de Vicente Fox para a presidência da República não representa apenas o fim da hegemonia do PRI no panorama político nacional, também significa a ascensão de seu partido, o centro-direitista Partido Acción Nacional (PAN). Tradicionalmente marginalizado em universidades públicas como a UNAM, o PAN sempre recrutou seus militantes nas escolas particulares de elite. Dada a relação íntima de muitos de seus líderes com a Igreja Católica, espera-se uma nova onda de conservadorismo no país, simultânea à marginalização dos setores políticos e culturais de esquerda. Nesse sentido, se a UNAM já não puder nutrir o aparato estatal com os seus profissionais, nem continuar funcionando como uma arena política e cultural relevante, seu futuro se verá comprometido. Principalmente no caso de que se mantenha, com o novo governo, a política de diminuição paulatina de seu orçamento (aprovado anualmente pelo congresso).

A greve passada, que levou à queda de um reitor, à intervenção policial, à prisão de estudantes acusados de crimes como terrorismo, motim e periculosidade social e a uma atmosfera de

divergência e mudo confronto no próprio seio da comunidade universitária, não parece haver contribuído para que a UNAM mantenha – ou recupere – sua posição de principal universidade do país. Por outro lado, não se pode negar que, talvez por tudo isso, vive-se atualmente um momento particularmente favorável para se refletir sobre a estrutura da universidade e o seu futuro.

No entanto, às portas da realização do congresso universitário, existem mais perguntas do que certezas e, portanto, mais insegurança do que otimismo. Entre a comunidade acadêmica e o público em geral, há muita dúvida quanto à possibilidade de fazer surgir uma universidade verdadeiramente renovada. Pergunta-se, por exemplo: que critérios serão utilizados para definir as pautas de discussão? Que parâmetros se obedecerão para definir a representação de professores, pesquisadores, alunos, trabalhadores e autoridades acadêmicas e administrativas? Será realmente possível democratizar a universidade, reestruturando seus mecanismos de poder? Do trabalho de reflexão poderá realmente sair uma universidade revigorada e curada dos vícios que possui? O panorama não é claro e a organização do congresso avança a passos de tartaruga, o que não deixa de ser um elemento significativo para diminuir as expectativas que eventualmente existam acerca de verdadeiras mudanças na UNAM e de seu futuro no México.

Cidade do México, setembro de 2000.